



AS POLÍTICAS SOCIAIS E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O ESTADO BRASILEIRO, OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

SOCIAL POLICIES AND CONTEMPORARY CAPITALISM: THE BRAZILIAN STATE, THE IMPACTS OF THE FEDERAL EDUCATION NETWORK EXPANSION IN THE WORKERS 'PARTY GOVERNMENT AND THE STUDENT ASSISTANCE

Luiz Antonio dos Santos Cabral¹

Resumo: Refletir sobre a execução e o horizonte disposto no decreto n 7.234/2010, que determina os parâmetros do Programa Nacional de Assistência Estudantil a ser pautado nas instituições federais de ensino, nos empenha refletir sobre os caminhos estabelecidos junto a uma perspectiva de prática e gestão embebidos no interior de um capitalismo contemporâneo cada vez mais afastado dos aspectos pertinentes a vida social e a classe trabalhadora. Portanto, entender assistência estudantil dispõe entender a materialidade posta, das políticas sociais, nesse Estado burguês, atrelado ao pleno processo de expansão de universidades e escolas técnicas federais no curso dos governos Lula e Dilma.

Palavras-chave: Capitalismo; Assistência Estudantil; Políticas sociais.

Abstract: Reflect on the execution and perspective set forth in the Decree No. 7,234 / 2010, which determines the parameters of the National Student Assistance Program to be set on Federal Educational Institutions, and make us strive to reflect on the paths established with a perspective of practice and management embedded within a contemporary capitalism increasingly removed from the aspects relevant to social life and the working class. Therefore, understanding student assistance makes it possible to understand the materiality of social policies in this bourgeois state, linked to the Universities and Federal Technical Schools full expansion process in the course of Lula and Dilma governments.

Keywords: Capitalism; Student Assistance; Social politics.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista FAPERJ Nota 10. E-mail: luiz_santos@id.uff.br

Liberalismo clássico e o anúncio de uma nova dimensão da relação indivíduo-sociedade-Estado

O horizonte de uma concepção de Estado e as suas práticas com a totalidade social abraçam elementos teóricos que já se colocavam no plano das reflexões já há alguns séculos. Hobbes (século XVI) apresentou o debate sobre a relação entre uma sociedade que, permeada por indivíduos movidos a ambições e a desejos singulares, naturalmente imputaria uma tensão contínua entres seus, levando ao constante conflito. Assim sendo, haveria a necessidade de um contrato social que se dispusesse a garantir a ordem social, nos moldes de um pacto de consentimento, no qual o poder do povo e de seus indivíduos era basicamente transferido ao Estado, na busca da garantia de uma determinada paz social. Assim, o Estado exerceria centralidade na mediação das relações sociais postas, dispondo de meios coercitivos e jurídicos no aceno a ideia de paz, anteriormente citada.

Locke (séc. XVII), em sua proposição sobre o Estado, compreendia o mesmo à partir da construção social e coletiva, enxergando que o indivíduo, em si, o antecede. Assim, por meio da mediação indivíduo e sociedade (esta consolidada por meio do chamado contrato social, no qual os homens abdicariam de um determinado poder político singular em atenção aos interesses de uma coletividade) que o Estado se apresenta. De forma plena, esse Estado, já tendo estruturado o contrato social, deveria atuar em ditames basilares, tais como a articulação contínua de práticas cotidianas com a Lei e a preservação de direitos considerados naturais ao homem, definidos como vida, liberdade e bens.

Afinal, a esse Estado então deveria ser, de forma latente, exigido a preservação dos anseios coletivos em detrimentos de ações individualizadas e intolerantes. Esse Estado liberal deveria garantir a livre reprodução e desenvolvimento dos homens, preservando direitos reconhecidamente individuais. Afinal, os direitos individuais exerceriam centralidade nesse processo. Ademais, se apresenta a ideia de igualdade. Naquele contexto, sim, os indivíduos, com base nos desígnios de Deus, são

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil considerados iguais. O advento do dinheiro e a reconfiguração da propriedade (tenderia a haver grande desigualdade da escala de bens, já que antes o trabalho do homem era a base da propriedade) releu, ao certo, tal proposição. A igualdade então, ao ser por nós compreendida, era de certa forma um exercício formal da Lei. Ou seja, a todos caberia ter plena preservação dos direitos naturais, ainda que os bens, por exemplo, não supusessem paridade entre os membros dessa sociedade.

Já numa análise estrutural e crítica das concepções de Estado e de sua materialidade junto a uma sociedade que se via em reestruturação das relações sociais, com um modo de produção capitalista consolidado e trazendo a luz as problemáticas ainda mais intensas que carregava a classe trabalhadora frente a uma classe burguesa dominante, Marx (séc. XIX) desenvolveu o pensamento crítico sobre a concepção desse Estado Moderno e suas objetivações frente a essa sociedade antagônica quanto a sua condição de classe. Assim, o Estado "capitalista" atuava diretamente no que toca as formas de coerção e consenso que mediarium tal antagonismo. Seja na forma de leis, ou de estatutos de relação, em sua arbitrariedade ou não, ao Estado competia dispor de meios e formas para que o maior clamor de seus entes "primários" fosse atendido: a garantia da livre produção e reprodução de riquezas, na qual a poucos caberia o acesso a tais, e a muitos caberia nada além do que dispor de sua força para o exercício do trabalho. Se consolidaria então, um dos elementos chave para o norteamento de todo um processo reflexivo deste trabalho, que é justamente entender o direcionamento do Estado, disposto em uma sociedade capitalista, como representação política de uma dominação burguesa.

Gramsci (1980), quando media em sua reflexão Estado Moderno e a sua relação com o pensamento de Maquiavel (séc. XV), apresenta rica contribuição a discussão quanto a qual Estado estamos analisando. Sua aproximação ao protagonismo do elemento relações políticas no cerne da concretude das práticas do Estado é de grande valor ao pensarmos nos tensionamentos inerentes a disputa política e a necessidade de refletir sobre os limites entre representantes e representados. Seria o espaço político aquele que se dispõe a discutir sobre os anseios da classe trabalhadora? No antagonismo das relações sociais, Estado em Gramsci é um acúmulo de duas instâncias base: a sociedade política, aquela que exerce, com base na classe hegemônica, o cerceamento e as limitações inerentes

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil aos seus anseios; e a sociedade civil, aquela que inscreve em si a pluralidade de sujeitos e seus segmentos, que detém em si suas particularidades no que tange difusão de ideias. Assim sendo, pensar as políticas sociais nos dispõe a pensar os impactos do pensamento hegemônico no exercício de uma prática ampliada, que se dirige a alguns, pelo interesse de outros.

As políticas sociais no capitalismo contemporâneo

A relação estabelecida entre Estado e as políticas sociais é fundamentalmente a qual ao primeiro compete pensar, estruturar e executar a segunda. Atendendo a demandas presentes no amplo espaço de uma sociedade difusa e heterogênea², a esse Estado é preciso dispor de meios de enfrentamento a questões que interferem na dinâmica da vida social. Assim sendo, as políticas sociais, em suas variações, são compreendidas com o intuito de minimizar as mazelas mais graves oriundas das condições objetivas atreladas a dinâmica do modo de produção capitalista. A esse Estado interventor cabe destinar uma parcela de seu fundo público ao trato do enfrentamento às expressões da questão social, ainda que consideremos que sua exigência é grande e sua prática é rasa, pois a maior parcela do fundo público segue com seu destino ligado ao pagamento de uma dívida pública e dos juros dessa dívida, a qual desconhecemos seu fim.

Para Marx, a dívida pública era uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva, e o crédito e a dívida pública vão permanecer como elementos, diríamos nós, cada vez mais importantes do processo de reprodução social ampliada, o que mostra que boa parcela dos eternos argumentos liberais, hoje neoliberais, sobre o Estado foi e é falseamento ideológico (BEHRING, 2012, p.157).

Esse Estado, no qual o compreendemos como estrato fundamental à lógica do modo de produção capitalista, deve ser compreendido como agente articulador dos interesses sociais, mútuos ou não, coletivos ou não. Uma realidade social que divide-se entre aqueles que afinam seus interesses por um mercado preservado, crescimento das taxas de lucro e maior protagonismo frente a estruturas econômicas e outros que se colocam nas tensões do exercício do trabalho e da garantia dos

²Em sua perspectiva de classe, de ambições e até mesmo de limites e possibilidades postos em uma sociedade capitalista, em sua natureza desigual e excludente.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil salários, na tentativa de se reproduzirem como sujeitos. Cabe então a mediação dessas particularidades de classes antagônicas.

Nos anos 70, o neoliberalismo se inicia frente as relações de Estado e mercado. Na perspectiva de rever os elementos que centram o modo de produção capitalista, a financeirização encontra contorno de solução, como forma de enfrentamento a crise do capital em escala global. A necessidade de dispor de formas que executam o gerenciamento do mercado atrelado as exigências de fluxos de dinheiro ganha valor e notoriedade, tornando a indústria um dos elementos de uma lógica que agrega agora o poderio dos bancos e das instituições financeiras, num momento que crescem grupos que gerenciam instâncias distintas da ordem do mercado, porém dispõe cada vez mais do controle de empresas ou instituições.

As políticas sociais, compreendidas como entidade desse Estado, se redesenham, no interior dos processos de desarticulação de estruturas minimamente atentas as demandas sociais³. Uma atenção básica, reduzida e limitada é posta em cena, com o horizonte de garantir as mínimas condições de vida para aquela parcela significativa da nossa realidade brasileira. Não apenas restrita a questões relacionadas a assistência social, mas a educação e a saúde também sofreram um contínuo processo de esvaziamento, precarização e contingenciamento de seus recursos, quase sempre se fazendo com o mínimo orçamentário possível. Assim sendo, é notável compreender que os mecanismos de enfrentamento as desigualdades sociais se reestruturam, num caminhar que distintos teóricos, como Netto, expressam como um enfrentamento a base da bala, ou a imposição de um Estado da punição fortemente atrelada a sua condição de vulnerabilidade social e econômica.

³Conforme Harvey (1992) apresenta, o fim das chamadas três décadas gloriosas de expansão do capitalismo trouxe consigo diversos descaminhos ao capitalismo em sua materialidade, que até então se colocava. A flexibilização das relações de mercado, trabalho e consumo, trazendo consigo, por exemplo, o crescimento exponencial do emprego precarizado, terceirizado e informal. Redefiniu as relações de produção, impondo um crescente investimento no aparato tecnológico e trazendo consigo desemprego. Por fim encaminhou a descontinuidade do modelo de estruturação de políticas no âmbito social, denominado Welfare State. Seu desenvolvimento, marcado na Europa, foi destituído, pautado na ideia de que ao Estado compete a mínima atenção as expressões da questão social.

Na travessia dessa reestruturação das políticas sociais, compreendendo o enfrentamento pela via da paliatividade, ou da atenção dirigida aos mais graves danos das expressões da questão social, as políticas sociais, em boa parte, desenvolvidas no curso desse Brasil do século XXI encontram seu lugar comum àquelas definidas como políticas de transferência de renda⁴. O enfrentamento a pobreza extrema marca essa nova modalidade de intervenção. Tendo como referência programas sociais como o Bolsa-Família, essa modalidade de política impõe a seletividade à partir de critérios previamente acordados pelo governo. Desde a renda familiar e a renda *per capita* média, até mesmo atrelado a composição familiar, moradia e condições de vida, são estabelecidos elementos centrais que tornam os indivíduos "aptos" ou "inaptos" a assistência, por essas políticas.

Os programas de transferência de renda [...] são todas categorias, no sentido de serem focalizados ou priorizarem determinadas categorias [...] e/ou em situações bem específicas, ligadas à miséria absoluta e vulnerabilidade extrema. Nesse sentido, são *ex post* e não *ex ante*, ou seja, possuem um caráter de minimização da situação já instalada e não de prevenção (BOSCHETTI, 2012, p.53).

Compreender o Estado e sua interlocução com a dinâmica estrutural proposta pela classe dominante é aspecto relevante frente as considerações que marcam o trilhar e a esfera desse modelo de política. Logo, pensá-lo como modelo produtor e reprodutor de políticas públicas é colocá-lo alinhado a uma ação de acordo com as diretrizes propostas, dado o antagonismo de classes, pela classe dominante, presumindo suas práticas aos anseios do mercado em busca de seu pleno desenvolvimento, alheio a grande parte das exigências da classe trabalhadora.

E é justamente nesse Estado direcionado a interesses de classe específicos que se coloca a execução de dois elementos relevantes ao debate que se propõe a ser posto: o modelo de expansão das instituições federais de ensino (IFEs) que se executa e as formas de mediação dos interesses dos discentes dessas instituições, dada a instituição e a objetivação das ações de assistência estudantil. Assim sendo,

⁴Que se aproximam intimamente ao modelo discutido por Rosanvallon (1998) quanto as políticas de assistência social que se materializavam nos Estados Unidos, compreendendo sua necessidade de garantir o mínimo dos proventos possíveis para que seus usuários pudessem dar seguimento a suas vidas, todavia assimilando que tal situação deveria ser provisória.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil cabe aqui levantar um questionamento: ampliação de acesso de vagas caminha conjuntamente a discussão sobre permanência e conclusão?

Expansão da Rede Federal de Ensino e a Assistência Estudantil

Nos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o debate acerca da política de educação profissional, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cumpriu relativa centralidade no plano das propostas governamentais. No ano de 2007, com a construção do Plano de Desenvolvimento da Educação, se estabeleceram parâmetros referentes a essa centralidade do investimento na educação pública. Destacando, pois: ampliação das unidades de ensino as regiões mais empobrecidas, saindo assim do minimalismo das instituições de ensino público federal alojadas fundamentalmente nos grandes centros urbanos; crescimento no quantitativo de vagas ofertadas na modalidade de ensino superior e; instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ao tomarmos como referência de análise, temos os Institutos Federais. Na implantação da Lei 11.892, do ano de 2008, os Institutos Federais têm como objetivos:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

No esteio dessa construção e estruturação dos Institutos Federais, efetivaram-se as chamadas três fases de expansão da rede, uma proposta política que se vinculava ao ideário de construção de novas Instituições Federais. Previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do ano de 2007, os Institutos Federais e sua expansão buscavam aumentar a oferta de vagas e as estruturas de ensino dos IFs a regiões com indicadores sociais e econômicos baixos, articulados a demanda

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil do ensino de excelência, em consonância ao plano de expansão da rede⁵. Nesse planejamento, em três fases se dividiu essa proposta: na Fase 1 (2005-2007), a construção de 64 novas IFES. Na Fase 2 (2007-2010), 150 novas IFEs. E, por fim, já no Governo Dilma, a Fase 3, com a proposta de serem construídas 208 novas IFEs (RODRIGUES, SANTOS. 2015.p.99).

Ao se colocar em questão a expansão do ensino superior, temos o Decreto nº 6.096/2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), um projeto voltado a atender a uma necessidade de ampliação do quantitativo de vagas e, na mesma via, de crescimento no quantitativo do número de matriculados nas IFES. De acordo com o artigo 2º do decreto, são diretrizes desse programa:

- I- redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI- articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Ali se colocava um projeto de expansão de ensino superior que subsidiasse demandas oriundas de um projeto político, como a necessidade de oferecer um número maior de vagas nas universidades, além da redução dos indicadores de abandono. Dentre alguns dos aspectos complexos do REUNI, podemos destacar que

Dentre as metas estabelecidas pelo REUNI, encontra-se, ainda, a que remete a um prazo de cinco anos para as IFES atingirem ampliação da taxa de conclusão nos cursos de graduação, devendo alcançar a média de 90% de titulação e a que determina o aumento de quase 100% do número de alunos

⁵“A missão institucional dos IFET deve, no que respeita à relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.” (Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007)

CABRAL, L. A. S.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil por professor na graduação, atingindo a média de 18 alunos por docente. (Léda, Mancebo. 2009. p.57)

Além, numa perspectiva histórica da concepção e do embate pelo projeto de educação que vinha sendo colocado no início do século XXI

O objetivo do REUNI [...] seria a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior —pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federaisll (BRASIL, 2007), numa clara perspectiva racionalizadora, que parte do princípio do Banco Mundial de que há subaproveitamento nas universidades federais [...] (MELO, 2013. p.62)

No tocante ao número de matrículas, a tabela a seguir apresentará, segundo dados (em milhares) do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior dos anos de 2007 (último ano da fase I da expansão da rede) e 2011 (início da fase III da expansão da rede) tanto das Universidades Federais quanto dos Institutos Federais (Educação Profissional).

	Ensino Superior – número de matrículas	Educação Profissional - número de matrículas
2007	615.542	109.777
2011	1.032.936	189.988

Fonte: INEP/MEC 2017 Acesso em: 30/09/2017

Dessa forma, podemos enxergar que, nesses dois momentos, houve exponencial aumento no quantitativo de matrículas nas IFES. Posterior aos dados apresentados, nos deparamos com a implantação da Lei N° 12.711/2012, que introduziu a reserva de vagas nas instituições de ensino superior públicas e nas instituições federais de nível médio técnico, com a destinação de 50% das vagas abertas a candidatos tenham cursado, integralmente, seja o ensino fundamental (em referência as ao nível médio) ou ensino médio (em referência ao ensino superior) em instituições de ensino públicas. Nas vagas reservadas, 50% das vagas destinadas a esse público serão ofertadas aos candidatos que sejam avaliados como sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica, isto é, com renda familiar *per capita* de 1,5 (um salário-mínimo e meio).

Das questões até aqui abordadas, como ação estruturante para a execução dessa política de educação, temos o Decreto nº 7.234/2010. Constituído seguindo as demandas apresentadas por setores do governo, entidades de gestão dos IFEs e representações estudantis, se propõe a contribuir para as condições de permanência dos alunos do nível médio, médio-técnico e superior no curso de sua formação. Essa garantia de condições, mínimas, de permanência, efetivamente definida como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nasce num contexto de crise nos marcos do modo de produção capitalista.

Conforme parágrafo único do PNAES

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (2007).

No bojo da manifestação dessa estrutura política e modelo de gestão, entendendo a dimensão do Estado e sua ação, assimilando a nova roupagem das políticas sociais dada a importância das políticas de transferência de renda, hoje, nos dispomos a compreender a proposta organizativa e de finalidade do PNAES. A concessão de bolsas por critérios que, em princípio, prezam por indicadores sociais e econômicos interfere diretamente no quadro da precariedade das ações institucionais universais. Logo, apresentar a maior vulnerabilidade para conseguir acessar o programa denota a conjuntura ampla das políticas sociais no Brasil.

As políticas sociais instituídas com o propósito de redução das desigualdades econômicas, destacadamente na América Latina (especialmente no Brasil), se permeiam de contradições e ressignificações, justamente quando abordam as demandas sociais. Num contexto de protagonismo macroeconômico do setor financeiro, com a exigência atrelada a economia global (sob as plataformas encaminhadas por parte do Fundo Monetário Internacional), o corte substancial nos gastos públicos para a execução de políticas sociais ampliadas, efetivamente, diminui a extrema pobreza, mas não produz o acesso da classe trabalhadora a riqueza socialmente produzida e, sequer, contribui para a ruptura frente a essa situação de pobreza (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Assim, a garantia de enfrentamento as “novas expressões” da questão social (NETTO, 2010) mostra sua carência no sentido ampliado, ao atentar a uma estrutura social contemporânea que desarticula incessantemente as conquistas sociais, reduzindo leis trabalhistas, congelando o orçamento destinado às políticas sociais com a premissa do déficit orçamentário, garantindo isenções fiscais a grandes empresas e, na mesma via, aumentando taxas de impostos direcionadas a população geral. Nesse movimento, é frágil e superficial, ainda que importante, a execução da assistência estudantil. A mesma contempla ainda uma parcela rasa de seu público-alvo, além de pecar na continuidade de seu exercício e na fragilidade de suas ações⁶.

Breves considerações em nada conclusivas

O elemento conjuntural invoca continuamente reflexões e análises do horizonte das políticas públicas e do próprio direcionamento do Estado. Os aspectos históricos que se enviam a uma dada particularidade à brasileira nos empenham em refletir sobre os caminhos e descaminhos das políticas sociais e as tensões que vem emergindo com base nas mesmas.

O projeto disposto anteriormente, de expansão da educação profissional e da educação superior, para muitos, transitou na exigência do mercado nacional, que empenhava da classe trabalhadora maior qualificação e preparo para o exercício de específicas funções na divisão social e técnica do trabalho. Em outros aspectos, a perspectiva de que era fundamental para o desenvolvimento de uma nação o investimento em educação e na formação profissional e humana. Todavia, no curso desse processo de expansão diversos questionamentos foram levantados, segundo os quais: quais eram os limites da expansão das universidades e institutos federais? Ampliação da oferta de vagas significou equilíbrio nas condições de permanência de milhões de jovens que ingressaram nessas instituições? A expansão também

⁶Consideremos aqui que, por exemplo, no Instituto Federal do Rio de Janeiro apenas um de seus campus referentes aos projetos de expansão anteriormente citados possui bandeirão. Assim sendo, não há alimentação para seus alunos, considerando a maioria secundaristas, e o único procedimento que busca atender a uma questão tão básica à condição de acesso e permanência dos estudantes é pela via da transferência de renda, que contempla uma parcela de seu corpo discente, mediante pagamento de auxílio para atender esta demanda.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil significou crescimento no número de docentes e técnicos, para que fosse atendido o crescente aumento de estudantes? Certamente, não desconsideramos a relevância de um aumento na oferta de vagas em instituições públicas de ensino. Todavia, diversos aspectos desse processo foram deixados em segundo plano, de forma condicional a dinâmica de uma estrutura de políticas abordada no curso desse texto.

O componente precarização da *coisa pública* assume força nessa discussão. O caminho precarizar para depois privatizar assume grande força inclusive nas instituições de ensino, públicas. A transferência de recursos federais para o custeio de vagas ou empréstimo direto a discentes em instituições privadas ganha cada vez mais visibilidade, afinando o discurso do fundo público como forma de atender o grande capital. Modelos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES⁷) e o Programa Universidade par Todos (ProUni), ainda que tenham representado a oportunidade de muitos ingressarem em instituições de ensino superior, reforçam o sentimento de que o investimento em espaços públicos poderia ser feito, mas não atenderia a uma dinâmica contemporânea desse Estado como ente do grande capital. Além disso, espaços já historicamente consolidados, como o Sistema S, aproximam essa discussão quanto ao uso de recurso público destinado a órgãos privados. Esse aceno ao sentimento de que a iniciativa privada atende as exigências de um Estado à parte do social ganha cada vez mais notoriedade.

Assim sendo, o debate sobre expansão da rede federal de ensino e as maneiras de "mediar" o embate entre o acesso e a permanência estão precisamente de acordo com os elementos percorridos ao longo de todo um semestre letivo, que se inicia discutindo sobre os Estados Capitalistas e a sua composição/estruturação, aproxima a discussão do Estado a teoria marxista e encerra dialogando essas composições com a materialidade das políticas sociais no capitalismo contemporâneo.

As formas de atuação que se efetivam nesse Estado brasileiro, subordinado aos ditames de um mundo que se divide entre aqueles que imputam determinações

⁷ Ainda que a questão referente ao Financiamento Estudantil seja carregada de complexidades, como por exemplo, o desemprego crescente e a dívida que jovens e adultos assumem, junto ao governo federal, que devem ser quitadas em prazos e períodos específicos.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil macroeconômicas e aqueles que são dispostos a atender a essas determinações (OSORIO, 2014), encontram tateabilidade no pleno desenvolvimento de um modelo de Estado. Os últimos meses são de reestruturação das relações já esgarçadas e precarizadas entre o fundo público e seu direcionamento às políticas públicas, em especial àquelas que se movem frente as exigências de uma classe trabalhadora que, a despeito de anos atrás, se vê diante de um cenário de desemprego cada vez mais estrutural e dissolução de todo um repertório, historicamente conquistado, de direitos trabalhistas. As relações já desenvolvidas nos anos 80/90 encontram seu aprofundamento, uma piora significativa no âmbito dos direitos e das possibilidades dessa classe trabalhadora.

Os impactos dessa subordinação aos interesses do grande capital seja ele internacional ou não, tensionam de forma severa o plano da consumação de diversas políticas sociais. Dentre um dos aspectos mais colocados ao grande público, hoje, nos deparamos com a Reforma da Previdência. Granemann (2007) já apresentava alguns dos fundamentos dos modelos de previdência social discutidos pelo Banco Mundial, com a falsa impressão de uma minimização das desigualdades sociais. Ali, já se colocava a tarefa do Estado na execução desta modalidade de política contributiva, ainda que tenhamos uma parcela de previdenciários que recebem, como o Benefício de Prestação Continuada, um salário de acordo com a sua condição de idade e saúde, além da manifestação de sua condição de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Todavia, fazendo esse caminho entre o texto e o momento atual, havia uma forte incidência a ideia dos mínimos proventos para a reprodução da vida dos idosos e a adesão a ideia da previdência privada, nada além do que nos deparamos hoje.

Ademais, a própria aproximação do debate das políticas sociais, como muitas que se desenvolvem no Brasil atual, tomam a cena. Moser (2011), ao refletir sobre os modelos de ação desenvolvidas na Europa, já nos anos 90, encontrava a fragilização do debate das políticas compensatórias, que eram vistas como ineficientes à sua demanda, que é justamente extrair pessoas e famílias de sua condição de vulnerabilidade extrema. Os *workfare* se colocavam então como o caminho a solucionar parcela dessa questão. O acesso à assistência se restringiria pela via do trabalho, sendo esse básico para a inclusão social. Assim sendo, as políticas sociais assumiriam uma natureza contributiva, exigindo retorno por parte de seus usuários. A

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil política assumiria um viés de "correção" de agravos, entendendo que as mazelas sociais são processos de indivíduos, não reflexo de uma sociedade que, em sua natureza capitalista, é excludente. Medidas assim são vistas como solução por muitos gestores de nosso Estado atual, assumindo a face do ditado "não dê o peixe, mas ensine a pescar".

Todo o percurso até aqui estabelecido, com base nos elementos que foram colocados com centralidade na produção deste pequeno esboço de ideias se colocam diante de uma lógica e de um movimento: o Estado tem, ao longo dos anos, cada vez menos atuado nos conformes das exigências de sua população. Vivemos tempos difíceis, em que nos cabe o acúmulo de forças e a luta coletiva para recuperar direitos que já nos foram tirados e confrontar a possibilidade de mais perdas. Para além do acesso e permanência junto às universidades e escolas técnicas federais, o que se luta hoje é pela permanência dessas instituições no aparato público do Estado.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília. Diário Oficial da União. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Brasília. Diário Oficial da União. 2010

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União. 2008

BRASIL. Lei ° 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Institutos Federais: Concepções e Diretrizes. 2010
_____ Institutos Federais: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em expansão. Brasília/DF: SETEC/MEC, 2014.

_____ O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

_____ Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes. Brasília (DF): MEC, 2010.

CABRAL, L. A. S.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil

BEHRING, E. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: Salvador, E. [Et. Al.] (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: Fundamentos e História. ed. 9. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. América Latina, política social e pobreza: novo modelo de desenvolvimento? In: Evilásio Salvador et al. (Org.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo. Cortez, 2012.

GRAMSCI, A. O Moderno Príncipe. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos ao Trabalho. In: Revista Em Pauta, n. 20, 2007

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1992, cap. 9 a 14 (p. 135-207)

HOBBS, T. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores. Segunda parte.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica: 2011, Resumo Técnico. Brasília, 2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: 2007, Resumo Técnico. Brasília, 2009.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior: 2011, Resumo Técnico. Brasília, 2013.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. Revista Educação e Realidade. v.34, n.1, p.49-64, jan/abr 2009

MARX, K.. O capital, livro I, capítulo XXIV, seções 1,3 e 6. Várias edições.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo e outros Escritos, Coleção Os Pensadores. Petrópolis, Vozes, 1994.

MELO, M. R. A. A assistência estudantil no contexto da "Reforma" do ensino superior público do Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES. 2013. 179f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Sergipe, 2013.

MOZER, L. A nova geração de políticas sociais no contexto Europeu: *workfare* e medidas de ativação. In: Katalysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3., Serpa, 30-31 out. 1º nov. 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em 08 de Dezembro de 2017.

OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização. Cap. 6 e 7. São Paulo. Outras Expressões, 2014.

CABRAL, L. A. S.

As Políticas Sociais e o Capitalismo contemporâneo: o Estado brasileiro, os impactos da expansão da Rede Federal de ensino no governo do Partido dos Trabalhadores e a Assistência Estudantil

ROSANVALLON, P. A nova questão social: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SALVADOR, E. Crise do Capital e socorro do fundo público. In: *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, J. A.;Rodrigues, J. (Des)caminhos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: contradições na trajetória histórica. **Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p.88-112, ago. 2015

WACQUANT, L. Punir os Pobres: A nova gestão da pobreza nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: REVAN/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.